

ANEXO VII

MINUTA DE CONTRATO

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE
ENTRE SI FAZEM O TRIBUNAL REGIONAL
ELEITORAL DO PARANÁ E A EMPRESA**

.....

Pelo presente instrumento, regido pela Lei nº 10.520/2002, Lei nº 8.666, de 21.06.93, suas alterações e demais legislações pertinentes, regularmente autorizado pelo ordenador da despesa, pelo **Pregão Eletrônico nº/.....**, PAD 11549/2020, Termo de Abertura de Licitação nº 19/2022, e a Proposta Vencedora, de um lado o:

O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ, inscrito no CNPJ sob nº. 03.985.113/0001-81, com sede na Rua João Parolin, nº. 224, Prado Velho, Curitiba/PR; CEP: 80220-902, telefone: (41) 3330-8500; regularmente autorizado pelo ordenador de despesa, neste ato representado por seu Diretor-Geral, Dr. Valcir Mombach, doravante denominado CONTRATANTE, de outro, a empresa:

....., inscrita no **CNPJ sob nº.**
....., com sede, nº, Cidade/PR,, CEP:,
telefone:.....; e-mail:.....; neste ato representada por, doravante denominada CONTRATADA, têm entre si ajustado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1 – O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços de manutenção, troca de vidros e revisão do sistema da Cúpula do Fórum Eleitoral de Curitiba, visando atender às necessidades deste Tribunal Regional Eleitoral, conforme especificações constantes no Termo de Referência – Anexo I e demais anexos do Edital de Licitação.

1.2 – A Contratação obedecerá ao estipulado neste contrato, bem como às disposições descritas no Edital de Licitação, no Termo de Referência, ANEXO I, e demais anexos do Edital, que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste instrumento.

1.3 – De acordo com o art. 55 da Lei nº 8.666/93, a prestação dos serviços, objeto deste contrato, será realizada por regime de Empreitada por preço global.

1.4 – A CONTRATADA não poderá transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto contratado, sem prévia anuência e concordância do TRE/PR.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA PRESTAÇÃO E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

2.1 – Todas as condições da prestação dos serviços nos imóveis estão descritas no item 2 do Termo de Referência – Anexo I.

2.2 – Do local da prestação dos serviços: Fórum Eleitoral de Curitiba, localizado na Rua João Parolin, nº 55, Bairro Prado Velho, Curitiba/PR.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1 – Todas as obrigações da CONTRATADA estão previstas no Termo de Referência – Anexo I.

3.2 – A CONTRATADA deverá manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, bem como por todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

3.3 – Em relação à proteção de dados, a CONTRATADA deverá observar o disposto do item 4.3 do Termo de Referência – Anexo I.

CLÁUSULA QUARTA: DA VIGÊNCIA

4.1 – O presente contrato vigorará **por 05 (cinco) meses, de xx/xx/20xx a xx/xx/20xx**, podendo ser prorrogado, nos termos do artigo 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93, ou rescindido antecipadamente a critério do CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUINTA: DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA

5.1 – A despesa com o presente instrumento correrá pelo:

Programa de Trabalho.....;
Nota de Empenho:....., emitida em .../.../...;
Elemento de despesa:;
Categoria Econômica:;
SIASG: 1627.

CLÁUSULA SEXTA: DO PAGAMENTO

6.1. O valor total da contratação é de **R\$** (.....), de acordo com o cronograma físico-financeiro e proposta detalhada (anexo IV), os quais fazem parte integrante deste contrato.

6.1.1. Nos preços unitários estão incluídos todos os custos diretos e indiretos para perfeita execução das obras, inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos, mão-de-obra especializada ou não, deslocamentos, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da legislação social trabalhista, previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas, regulamentos e posturas Municipais, Estaduais e Federais, englobando tudo o que for necessário para a execução total e completa da obra, conforme projetos e especificações constantes deste contrato, bem como seus lucros, sem que lhe caiba, em qualquer caso, direito regressivo em relação ao TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL-PR.

6.1.2. A forma de pagamento será realizada após medições realizadas de acordo com o cronograma físico-financeiro, o recebimento definitivo e final dos serviços sem qualquer

pendência representa o pagamento de 10% do valor da contratação.

6.1.3. Salvo autorização da fiscalização, não serão pagas execuções de etapas posteriores do cronograma físico financeiro sem a conclusão de etapa anterior.

6.1.4. O pagamento a ser efetuado em favor da CONTRATADA estará sujeito à retenção na fonte, de tributos e contribuições sociais, de acordo com os normativos legais que incidirem sobre o objeto.

6.2 – Do documento fiscal:

6.2.1 - O documento fiscal deverá ser inserido em sistema informatizado indicado pelo fiscal/gestor do contrato da Sede do TRE/PR localizada na Rua João Parolin, 224 – Prado Velho – Curitiba – Paraná, direcionado à SMICRE. No caso de nota fiscal eletrônica, esta poderá também ser encaminhada para o e-mail smicre@tre-pr.jus.br, caso não seja possível lançar no sistema.

6.2.2 - O CNPJ da empresa habilitada na contratação deverá ser o mesmo para o efeito de emissão das notas fiscais e posteriores pagamentos. Mas, se a Nota Fiscal apresentada se referir a Filial, ambos os CNPJs, tanto da matriz quanto da filial respectiva, deverão estar com a documentação fiscal regular.

6.2.3 - Especificações necessárias às notas fiscais, as quais são requisitos indispensáveis para que o gestor possa atestá-las e encaminhá-las para pagamento:

- a) CNPJ da Contratada;
- b) Data de emissão da nota fiscal;
- c) CNPJ do TRE/PR: 03.985.113/0001-81;
- d) Número do contrato e,
- e) Banco, agência e número da conta corrente (obrigatoriamente da própria contratada).

6.3 - Prazo para apresentação da Nota Fiscal pela contratada: até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte a prestação dos serviços.

6.4 - O pagamento será efetuado mensalmente mediante crédito em conta corrente, conforme indicação da contratada no documento fiscal, por intermédio de ordem bancária, de acordo com os seguintes prazos:

6.4.1 - Prazo para atestado da Nota Fiscal: até 05 (cinco) dias úteis a partir do aceite da nota fiscal pelos gestores deste TRE/PR.

6.4.2 - Prazo para pagamento da Nota Fiscal: até 20 (vinte) dias corridos após o atestado da Nota fiscal pelo Gestor ou até 5(cinco) dias úteis, se o valor da fatura for até 17.600,00, conforme artigo 5º § 3º da Lei nº 8.666/93.

6.4.3 - A nota fiscal/fatura apresentada em desacordo com o estabelecido será devolvida, e nesse caso, o prazo previsto no item acima será interrompido e somente será reiniciada a contagem a partir da respectiva regularização.

6.4.4 - O TRE/PR, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, do montante a pagar à CONTRATADA, acréscimos decorrentes de mora no recolhimento de tributos/contribuições, bem como de multa decorrente de previsão deste Contrato e/ou anexo(s).

6.4.5 - Da correção monetária: na eventual ocorrência de atraso de pagamento e, desde que a contratada não tenha concorrido para tanto, os encargos moratórios são devidos pelo TRE/PR, entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento, mediante

solicitação formal da contratada, que será calculado por meio da aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i/365$ (onde i = taxa percentual anual no valor de 6%)

$I = (6/100)/365$

6.5 - Da regularidade fiscal:

6.5.1 - Todo e qualquer pagamento, decorrente da presente contratação, será precedido de verificação, por parte do TRE/PR, da regularidade fiscal da CONTRATADA em vigor na data do pagamento.

6.5.1.1 - A CONTRATADA inadimplente quanto à regularidade fiscal estará sujeita à abertura de processo administrativo pelo Gestor da contratação do TRE/PR, visando à regularização.

6.5.1.1.1 - Permanecendo a inadimplência poderá haver rescisão contratual, independentemente da aplicação das sanções previstas neste edital e/ou anexo(s).

6.5.2 - A regularidade de que trata o subitem anterior poderá ser verificada:

a) por meio de consulta on-line no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e/ou;

b) por meio de consulta aos sites oficiais e/ou;

c) por meio da apresentação de documentação, pela CONTRATADA, anexada ao documento fiscal.

6.5.2.1 - O resultado das consultas, de que trata as alíneas acima, serão realizadas pelo setor financeiro responsável e deverão constar do processo de pagamento.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DA CONTRATAÇÃO

7.1 – A fiscalização e a gestão serão realizadas por servidores devidamente designados pela Administração, em consonância com o artigo 67, parágrafos 1.º e 2.º: da Lei nº 8.666/93.

7.2 - O acompanhamento e a fiscalização da execução deste Contrato consistem na verificação, pelo CONTRATANTE, da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste.

7.2.1 - A existência desse acompanhamento não exime a CONTRATADA de quaisquer responsabilidades sobre erros ou omissões que surgirem ou vierem a ser constatadas no decorrer da execução contratual.

7.3 – As responsabilidades dos gestores/fiscais estão descritas no item 5 do Termo de Referência – Anexo I.

CLÁUSULA OITAVA: DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DE PREÇOS

8.1 - O reajuste dos contratos com vigência até 01 (um) ano, encontra-se suspenso até disciplinamento diverso, oriundo de legislação federal e nas condições desta.

CLÁUSULA NONA: DA GARANTIA

9.1 - Para cumprimento das obrigações ora contratadas, a empresa deverá apresentar garantia impreterivelmente até **15 (quinze) dias úteis**, após a assinatura do contrato, no valor de R\$ (.....), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total da contratação, conforme § 2º do art. 56 da Lei nº 8.666/93, cabendo à empresa optar por uma das seguintes modalidades:

I - Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

II - Seguro garantia.

III - Fiança bancária.

9.1.1 - O Seguro garantia ou fiança bancária deverá ter número, nome do banco emitente, valor declarado, prazo de validade e número do acordo a ser assinado.

9.1.2 - A CONTRATADA deverá tomar as providências necessárias à apresentação da garantia, com vista ao cumprimento do prazo estabelecido no item 9.1, sendo que, uma vez não cumprido rigorosamente o prazo concedido, a empresa estará sujeita as penalidades cabíveis.

9.1.3 - A Garantia Contratual deverá abranger cobertura de EXECUÇÃO CONTRATUAL, sendo que, deverão estar de forma expressa na apólice a previsão desta cobertura, sob pena de recusa por este Tribunal.

9.2 - As garantias estabelecidas no item 9.1 deverão ser emitidas em real e ter a validade mínima de **03 (três) meses** além da vigência contratual.

9.2.1 - A devolução da garantia fica condicionada a assinatura do termo de recebimento definitivo da obra. A liberação da garantia será feita pelos Gestores da contratação no TRE/PR em até 10 (dez) dias do recebimento definitivo, após verificar a plena satisfação de todas as obrigações contratuais, o que também inclui, o recolhimento de todos os tributos e taxas e ainda após a apresentação de Alvará de Construção, se o caso.

9.3 - No caso do contrato ser prorrogado a empresa deverá prorrogar a garantia no prazo de até 10 (dez) dias após solicitação pela Seção de Contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 - O descumprimento de quaisquer das obrigações descritas do presente instrumento poderá ensejar abertura de processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa, com aplicação das seguintes sanções, de acordo com o capítulo IV, art. 87 da Lei 8666/93 e art. 7º, da Lei 10.520/2002.

10.1.2 - São condutas que podem ensejar o descumprimento deste contrato, graduadas em LEVE, MÉDIA, GRAVE E GRAVÍSSIMA, de acordo com a gravidade e os prejuízos causados à Administração, em consonância com os preceitos da lei, exemplificativamente, para fins de aplicação de penalidades:

a) considera-se LEVE: não executar limpeza diária ao final de cada serviço; não sinalização do local enquanto executam os serviços; não emitir a nota fiscal dentro do prazo; encaminhar nota fiscal com falta de documento;

b) a irregularidade perante às certidões obrigatórias: FGTS, INSS, CNDT e Fazenda Federal,

será, inicialmente, considerada infração de natureza LEVE, podendo, entretanto, ser agravada, caso acarrete prejuízos à Administração;

c) considera-se conduta de natureza MÉDIA: não apresentar a declaração de descarte ecologicamente correto, previsto no item 3.2 (Da Sustentabilidade) do Termo de Referência – Anexo I, bem como não fazer uso, usar incorretamente e não proceder a fiscalização do uso de EPIs pelos funcionários da Contratada, conforme item 3.3 do Termo de Referência – Anexo I;

d) considera-se GRAVE: Descumprimento à LGPD, atraso injustificado maior que 10 (dez) dias na entrega do objeto; não entrega do ART; inadimplemento parcial do objeto;

e) considera-se GRAVÍSSIMA a não entrega do objeto, prejuízos causados ao contratante ou a terceiros na execução dos ou qualquer atitude que importe na inexecução total do contrato, bem como a cessação da prestação dos serviços, que impliquem rescisão unilateral da contratação;

f) a reincidência de situações ensejadoras de penalidades sujeitará a Contratada à penalidade de natureza imediatamente superior e, em se tratando de reincidência de conduta GRAVE, poderá implicar rescisão unilateral do contrato.

10.2 - Com fundamento no acima disposto, a Contratada estará sujeita às seguintes sanções:

a) ADVERTÊNCIA: Para faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o Contratante;

b) MULTAS: Que serão aplicadas independentemente entre si quando decorrentes de fatos diversos:

b1) Multa de mora de 1,0% (um por cento) ao dia pelo atraso na execução dos serviços, incidente sobre o valor total do contrato, limitada a 10 (dez) dias. Após esse prazo, será considerado infração GRAVE de inadimplemento parcial, com aplicação de multa moratória de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, limitado a 30 (trinta) dias.

b2) A partir do 31º dia de atraso na execução dos serviços, caracteriza-se GRAVÍSSIMA a infração e poderá haver suspensão dos serviços pelo Contratante e, conseqüentemente, optar-se pela rescisão unilateral do contrato, com aplicação de multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, além da possibilidade de aplicação cumulativa da sanção de impedimento de licitar, descrita no item 10.3.

b3) Multa de 8% (oito por cento) sobre o valor total do contrato pela prestação dos serviços em desacordo com o solicitado ou pela recusa em refazê-los quando constatado que não atendem às características exigidas, configurando infração de natureza MÉDIA.

b4) Multa de 8% (oito por cento) sobre o valor total do contrato pelo descumprimento às obrigações das normas de sustentabilidade estipuladas no presente instrumento, ou no caso de cometimento de infrações de natureza MÉDIA.

b.5) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato pela não observância da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e outras infrações de natureza GRAVE.

b.6) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de cessação da prestação dos serviços, ou em razão de inadimplemento total, bem como no cometimento de infrações de natureza GRAVÍSSIMA.

10.3 - Será aplicada a penalidade de impedimento de licitar e contratar com a União, conforme previsto no art. 7º da Lei nº 10.520/02, bem como o descredenciamento do Sicafe, ou dos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/02, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e das demais cominações legais, conforme a gravidade do inadimplemento da obrigação e prejuízos ocasionados quando a empresa, convocada dentro do prazo de

validade da sua proposta, deixar de entregar a documentação exigida ou apresentar documentação falsa para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

10.4 - As multas imputadas à CONTRATADA cujo montante seja superior ao mínimo estabelecido pelo Ministério da Economia¹ e não pagas no prazo concedido pela Administração, serão inscritas em Dívida Ativa da União e cobradas com base na Lei nº 6.830/80, sem prejuízo da correção monetária.

10.5 – A Contratada autoriza desde já ao desconto de multa pré-determinada em processo administrativo que garanta a ampla defesa, na primeira fatura a que vier fazer jus.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA RESCISÃO CONTRATUAL

11.1 - Ficará o presente contrato rescindido, a juízo da administração, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos casos elencados no art. 77 e 78 da Lei nº 8.666/93.

11.1.1 - Poderá ser também causa de rescisão contratual a alocação de funcionários pela contratada para o desempenho dos serviços, que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento de membros ou juízes vinculados a este Tribunal, contrariando o Artigo 3º, resolução n.º 09 de 06/12/05 do CNJ (Conselho Nacional de Justiça).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DOS CASOS OMISSOS

12.1 – Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666/93 e, subsidiariamente, na Lei nº 9.784/99, no Código de Defesa do Consumidor e demais normas e princípios gerais aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DO FORO

13.1 - Fica eleito o Foro de Curitiba-PR. para dirimir as eventuais divergências oriundas do presente contrato.

13.2 - E por estarem assim, justos e contratados, as partes assinam o presente termo, em formato digital², para um só efeito legal.

Curitiba, de de 2022.

.....
Representante Legal
P/ CONTRATADA

Dr. Valcir Mombach
Diretor-Geral TRE/PR
P/ CONTRATANTE

- *Juntar a proposta detalhada – Anexo IV*

¹ Artigo 1.º, inciso I da Portaria n.º 75 do Ministério da Fazenda (atual Ministério da Economia), publicada em 22/03/2012.

² Excepcionalmente poderá ser aceita assinatura em outro formato.